

# **Grande Sertão III**

## **Transmissora de Energia S.A.**

Demonstrações Contábeis Regulatórias  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2025 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Acionistas e Diretoria da  
Grande Sertão III Transmissora de Energia S.A.

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Grande Sertão III Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela Diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 17 de setembro de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Grande Sertão III Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 17 de setembro de 2021.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

#### *Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias*

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias, elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### Outros assuntos

#### *Auditoria societária*

A Companhia elaborou um conjunto de demonstrações financeiras separado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“demonstrações financeiras societárias”), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente, com data de 2 de março de 2026, que contém opinião sem modificação.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em [www.deloitte.com](http://www.deloitte.com).

## **Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações contábeis regulatórias**

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 17 de setembro de 2021, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

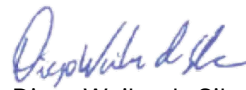
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 2 de março de 2026



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



Diego Wailer da Silva  
Contador  
CRC nº 1 RS 074562/O-3

GRANDE SERTAO III TRANSMISSORA DE ENERGIA

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e Equivalente de Caixa	7	727	81	Fornecedores	12	236.056	1.392
Títulos e Valores Mobiliários	8	506.721	20.587	Debêntures	14	242.032	-
Despesas Antecipadas		11	15	Impostos e Contribuições a Recolher		1.391	398
Tributos a Recuperar		1.561	1.146	Dividendos		31.436	912
Outros Ativos Circulantes		1.095	221	Arrendamento Imobiliário		163	-
		<u>510.115</u>	<u>22.050</u>	Outros Passivos Circulantes		5.625	1.297
						<u>516.703</u>	<u>3.999</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Despesas Antecipadas		731	44	Financiamento	15	333.480	-
Cauções Vinculados	9	8.427	-			<u>333.480</u>	<u>-</u>
Tributos a Recuperar		3.158	-	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	16		
Tributos diferidos	13a	5.113	79	Capital Social		255.328	25.760
Imobilizado	10	535.273	15.813	Reserva Legal		6.810	192
Intangível	11	249	61	Reserva Especial		912	-
		<u>552.951</u>	<u>15.997</u>	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		-	9.676
				Prejuízo acumulado		(50.167)	(1.580)
						<u>212.883</u>	<u>34.048</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u>1.063.066</u>	<u>38.047</u>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u>1.063.066</u>	<u>38.047</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRANDE SERTAO III TRANSMISSORA DE ENERGIA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025  
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
DESPESAS OPERACIONAIS	17	(4.817)	(1.467)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(4.817)</u>	<u>(1.467)</u>
Receita financeira		7.339	917
Despesa financeira		(18.090)	(5)
RESULTADO FINANCEIRO	18	<u>(10.751)</u>	<u>912</u>
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(15.568)	(555)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13.b	5.035	79
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(10.533)</u>	<u>(476)</u>
RESULTADO POR AÇÃO		0,065	0,002

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

GRANDE SERTAO III TRANSMISSORA DE ENERGIA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025  
(Em milhares de reais - R\$)

---

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(10.533)	(476)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(10.533)</u>	<u>(476)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

---

GRANDE SERTAO III TRANSMISSORA DE ENERGIA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025  
 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social		Reservas de lucros			Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Prejuízos Acumulados	Total
		Subscrito	A Integralizar	Reserva legal	Reserva Especial				
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		-	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de Capital		34.286	-	-	-	-	-	-	34.286
Capital a Integralizar		-	(8.526)	-	-	-	-	-	(8.526)
Recebimento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	9.676	-	-	9.676
Prejuízo do Exercício		-	-	-	-	-	(476)	(476)	(476)
Destinação de Lucro		-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reserva Legal		-	-	192	-	-	(192)	(192)	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios		-	-	-	-	-	(912)	(912)	(912)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	16	34.286	(8.526)	192	-	9.676	(1.580)	(1.580)	34.048
Integralização de Capital		221.042	8.526	-	-	(9.676)	-	-	219.892
Reserva Especial		-	-	-	912	-	-	-	912
Prejuízo do Exercício		-	-	-	-	-	(10.533)	(10.533)	(10.533)
Destinação de Lucro		-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reserva Legal		-	-	6.618	-	-	(6.618)	(6.618)	-
Dividendos Mínimos Obrigatórios		-	-	-	-	-	(31.436)	(31.436)	(31.436)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	16	255.328	-	6.810	912	-	(50.167)	(50.167)	212.883

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**GRANDE SERTAO III TRANSMISSORA DE ENERGIA**

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025**

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Prejuízo do exercício		(10.533)	(476)
Ajustes:			
Depreciação do imobilizado	10	152	12
Amortização do Intangível	11	30	7
Depreciação de arrendamento por direito de uso		143	-
Juros e atualização sobre debêntures	14	14.880	-
Custo de captação sobre debêntures	14	2.847	-
Juros e atualização sobre Financiamentos	15	290	-
IR e CS Diferido	13	(5.035)	79
Rendimento de títulos e valores mobiliários		(7.687)	(962)
		(4.913)	(1.340)
<b>VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS:</b>			
Impostos à recuperar		(3.575)	(1.146)
Despesas Antecipadas		(682)	(59)
Tributos diferidos		1	(79)
Outros créditos		(9.301)	(221)
Fornecedores		234.664	1.392
Tributos e contribuições sociais a recolher		993	362
IRPJ e CSLL Pagos		-	(43)
Outros passivos		4.325	1.299
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		221.512	165
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível		(519.971)	(15.894)
Aplicação em títulos e valores mobiliários		(929.950)	(60.446)
Resgate em títulos e valores mobiliários		451.504	40.820
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		(998.417)	(35.520)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Amortização de principal de arrendamento de direito de uso		163	-
Integralização de Capital	16	219.892	25.760
AFAC		-	9.676
Emissão de debêntures	14	224.306	-
Aquisição de empréstimos	15	333.190	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		777.551	35.436
<b>AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		646	81
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		81	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		727	81

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## GRANDE SERTÃO III TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REGULATÓRIAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

#### 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Grande Sertão III Transmissora de Energia S.A. (“GRANDE SERTÃO III” ou “Companhia”), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 25 de outubro de 2022.

Em 28 de março de 2024, o BTG Pactual FIP Warehouse, foi vencedor do Lote 14 da 1ª Etapa do Leilão de Transmissão nº 01/2024 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Com o propósito único e exclusivo de construir, implantar, operar e manter as instalações do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional. Esse projeto é formado uma linha de transmissão de 500 kV, construção de duas novas subestações, Ourolândia II e Jussiape, com 637 km de extensão.

O projeto da Linha de Transmissão é a expansão do sistema de transmissão da área sul da Região Nordeste e Norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo para fazer frente à expectativa de contratação de elevados montantes de energia provenientes de empreendimentos de geração renovável na região, com destaque para as usinas eólicas e solares. Localizada no estado da Bahia.

O Contrato de Concessão nº 17/2024-ANEEL, que regula a concessão do serviço público de transmissão do lote 14 do Edital do Leilão 01/2024 - ANEEL, foi assinado pela Companhia em 28 de junho de 2024 e permanecerá em vigor por 30 anos, ou seja, até junho de 2054. A data regulatória para entrada em operação comercial do empreendimento é 30 de dezembro de 2029.

Em 14 de novembro de 2024, foi publicado no Diário Oficial da União o Ato Declaratório Executivo nº 1.677, concedendo a Companhia a habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), tal benefício poderá ser usufruído nas aquisições realizadas no período de 5 anos contados da data de sua habilitação.

Em 6 de agosto de 2025, foi publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia o Ato Concessivo, por meio das Resoluções nº 118/2025 e nº 123/2025, permitindo que a sociedade esteja no programa de benefício fiscal no estado da Bahia (PROBAHIA). Este benefício proporciona a redução de 40% (quarenta por cento) da base de cálculo do ICMS nas entradas decorrentes de importação do exterior e nas aquisições interestaduais relativamente ao diferencial de alíquotas, de bens, partes, peças, cabos, máquinas, equipamentos e sobressalentes.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional, com um investimento estimado de R\$1,6 bilhões para a construção do empreendimento, a ser realizado ao longo dos próximos quatro anos. A construção da linha de transmissão será executada com mão de obra própria, garantindo maior controle sobre qualidade e prazos.

Todos os contratos incluem garantias para assegurar a conclusão do empreendimento dentro dos prazos e custos estabelecidos.

Na área fundiária, a Avalicon Engenharia e Aerolevanteamento LTDA. foi contratada, enquanto as questões ambientais serão geridas pela MRS Estudos Ambientais Ltda. A gestão do projeto contará com o apoio da Lmeng Consultoria Projetos Engenharia Ltda., responsável pela Engenharia do Proprietário na implantação das Subestações, e da Fluxo Engenharia Ltda., que ficará à frente da Engenharia do Proprietário da linha de transmissão.

A concessionária será remunerada pela Receita Anual Permitida (RAP) ofertada no processo licitatório, regulada pelas cláusulas do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST assinado com o Operador Nacional do Sistema - ONS. A receita contratada na data do Leilão (R\$162,9 milhões - data de referência 15 de setembro de 2023) será reajustada anualmente pelo IPCA. A RAP prevista atualizada com referência dezembro de 2025, está estimada em R\$174,3 milhões.

Durante o período da concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, a Companhia sofrerá três revisões, previstas para o 5º, 10º e 15º ano. Ademais, esta é uma remuneração por disponibilidade, independentemente da quantidade de energia transmitida no período, que passará a ser recebida quando da entrada em operação comercial reconhecida pelo ONS e autorizada pela Aneel.

A Companhia formalizou Contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., apresentado na nota explicativa nº 15, destinado à implantação do projeto de transmissão (LT 500 kV Ouroândia II - Jussiape), conforme o Leilão ANEEL 01/2024, conforme apresentado na nota explicativa nº10.

## 2. SETOR ELÉTRICO NO BRASIL

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

A transmissão de energia elétrica disponibilizada pela Companhia é efetuada de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de transmissão.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas serão reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrerá os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado pelo Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

## 3. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (“MCSE”), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica por meio da Resolução Normativa nº 933, de 17 de setembro de 2021.

“A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.”

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações financeiras estatutárias da concessionária. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. No entanto, a base tributária para apuração fiscal corrente, o valor dos dividendos e da reserva legal é o lucro apurado de acordo com as práticas contábeis societárias e divulgado nas demonstrações financeiras societárias da Companhia.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa, apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela diretoria em 2 de março de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

#### 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias apresentadas nas notas explicativas nº 3.1 a nº 3.10, nas páginas 12 a 16, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

##### 4.1. Imobilizado em Serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tornando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

##### 4.1.1. Imobilizado em curso

A Concessionária agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso, transferindo para o Imobilizado em Serviço de acordo com Resolução vigente da ANEEL.

##### 4.1.2. *Intangível*

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

#### 4.1.3. Reconhecimento da Receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Concessionária é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.

#### 4.1.4. Novas normas e interpretações não efetivas

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:

Não ocorreram alterações e novas interpretações dos pronunciamentos contábeis em vigor que resultassem em impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia em 2025.

b) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 2026:

<u>Norma</u>	<u>Descrição da alteração</u>	<u>Vigência</u>
CPC 40/ IFRS 7	Divulgação de instrumentos financeiros	01/01/2026
CPC 48/ IFRS 9	Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	01/01/2026
IFRS 18	Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	01/01/2027

A Companhia aguardará a orientação da ANEEL para avaliar se as respectivas normas serão aderidas ao MCSE.

Não há outras normas e interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis regulatórias.

## 5. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

### 5.1. Perda (“Impairment”) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros estão deteriorados. Caso ocorra, os prejuízos de “impairment” são incorridos somente se há evidência objetiva de “impairment” com resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foram identificados pela Administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de provisão para “impairment” tanto para ativos financeiros quanto para ativos não financeiros.

## 5.2. Reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado

Os investimentos realizados são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

## 6. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

### 6.1. Fatores de risco financeiro

#### a) Risco de crédito

Salvo pelo ativo contratual e pelo capital a integralizar, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros, contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações da Administração da Companhia. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações da administração da Companhia e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

#### b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento as necessidades de implantação do negócio.

#### c) Valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e contas a pagar a fornecedores.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

- (i) Caixa e equivalentes de caixa, outros ativos e fornecedores
- (ii) Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

## 6.2. Instrumentos financeiros por categoria

	31/12/2025	
Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado	Valor contábil	Valor justo
Títulos e valores mobiliários	506.721	506.721
Cauções vinculados	8.427	8.427
	515.148	515.148
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	727	727
	727	727
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	Valor contábil	Valor justo
Fornecedores	236.056	236.056
Debêntures / Financiamentos	575.512	575.512
	811.568	811.568
	31/12/2024	
Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado	Valor contábil	Valor justo
Títulos e valores mobiliários	20.587	20.587
	20.587	20.587
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	81	81
	81	81
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	Valor contábil	Valor justo
Fornecedores	1.392	1.392
	1.392	1.392

## 6.3. Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários, registrados a valor justo por meio do resultado e custo amortizado, são classificados como nível 2. Para determinação do valor de mercado, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

## Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - “Inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

## 6.4. Análise de sensibilidade

O quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, apresenta os riscos que podem gerar efeitos no resultado da Companhia, com cenário mais provável (Cenário Atual) segundo avaliação efetuada pela Administração.

São demonstrados dois outros cenários, a fim de apresentar 25% (para mais ou para menos) de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2025 e 2024.

2025					
Premissas	Efeito das Contas sobre Resultado	Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
CDI %	Caixa e equivalentes de caixa	727	78	104	130
	Títulos e valores mobiliários	506.721	54.470	72.627	90.784
	Cauções Vinculados	8.427	906	1.208	1.510
2024					
Premissas	Efeito das Contas sobre Resultado	Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
CDI %	Caixa e equivalentes de caixa	81	7	9	11
	Títulos e valores mobiliários	20.587	1.681	2.242	2.802

## 7. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa		
Banco	-	1
	727	80
	<u>727</u>	<u>81</u>

## 8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2025	31/12/2024
Aplicação Financeira - Compromissada - CDB/LCA	506.721	20.587
	<u>506.721</u>	<u>20.587</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDB e operações compromissadas, realizada com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e vencimento maior que 90 dias.

## 9. CAUÇÕES VINCULADOS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Não circulante</u>		
Certificados de depósitos bancários	8.427	-
	<u>8.427</u>	<u>-</u>

Referem-se a aplicações financeiras (indexados pelo CDI), requeridas em contrato de emissão de financiamento, com a finalidade de garantia real.

## 10. IMOBILIZADO

<u>Imobilizado - R\$ Mil</u>	<u>Valor líquido</u> <u>31/12/2024</u>	<u>Adições</u>	<u>Valor Bruto</u> <u>31/12/2025</u>	<u>Adições</u> <u>Líquidas</u>	<u>Depreciação</u> <u>acumulada</u>	<u>Valor líquido</u> <u>31/12/2025</u>
Ativo Imobilizado em Serviço	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	143	519	662	519	(188)	474
Móveis e utensílios	133	409	542	409	(20)	522
Máquinas e Equipamentos	129	1.155	1.284	1.155	(87)	1.197
Subtotal	<u>405</u>	<u>2.083</u>	<u>2.488</u>	<u>2.083</u>	<u>(295)</u>	<u>2.193</u>
Ativo Imobilizado em Curso	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	110.777	110.777	110.777	-	110.777
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	1.554	6.874	8.428	6.874	-	8.428
Outros	13.838	400.037	413.875	400.037	-	413.875
Administração	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	16	-	16	-	-	16
Máquinas e Equipamentos	-	(16)	(16)	(16)	-	(16)
Subtotal	<u>15.408</u>	<u>517.672</u>	<u>533.080</u>	<u>517.672</u>	<u>-</u>	<u>533.080</u>
Total do Ativo Imobilizado	<u>15.813</u>	<u>519.755</u>	<u>535.568</u>	<u>519.755</u>	<u>(295)</u>	<u>535.273</u>

		<u>2025</u>		
	<u>Taxas anuais</u> <u>médias de</u> <u>depreciação %</u>	<u>Bruto</u>	<u>Depreciação</u> <u>Acumulada</u>	<u>Valor</u> <u>Líquido</u>
Em Serviço		-	-	-
Administração		-	-	-
Custo Histórico	20,00%	<u>2.488</u>	<u>(295)</u>	<u>2.193</u>
		<u>2.488</u>	<u>(295)</u>	<u>2.193</u>
Em Curso				
Transmissão		533.080	-	533.080
Administração		-	-	-
		<u>533.080</u>	<u>-</u>	<u>533.080</u>
		<u>535.568</u>	<u>(295)</u>	<u>535.273</u>

	Taxas anuais médias de depreciação %	2024		
		Bruto	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço		-	-	-
Administração		-	-	-
Custo Histórico	20,00%	418	(13)	405
		<u>418</u>	<u>(13)</u>	<u>405</u>
Em Curso		-	-	-
Transmissão		15.393	-	15.393
Administração		16	-	16
		<u>15.408</u>	<u>-</u>	<u>15.408</u>
		<u>15.826</u>	<u>(13)</u>	<u>15.813</u>

## Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil

Em Curso	Saldo 31/12/2024	Material/ Equipamentos	Serviço de Terceiros	Mão de obra própria	Outros gastos	Total 31/12/2025
Edificações Obras Civis e Benfeitorias	-	110.777	-	-	-	110.777
Máquinas e equipamentos	1.554	6.874	-	-	-	8.428
A ratear	10.618	-	49.577	20.918	-	81.113
Adiantamentos a fornecedores	113	307.754	-	-	-	307.867
Desenvolvimento do projeto	2.149	-	4.069	-	-	6.218
Outros	975	-	-	-	17.703	18.678
Total do imobilizado em curso	<u>15.408</u>	<u>425.405</u>	<u>53.646</u>	<u>20.918</u>	<u>17.703</u>	<u>533.080</u>

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica vinculados a estes serviços, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que os produtos das alienações sejam depositados em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

## 11. INTANGÍVEL

Ativo Intangível - R\$ Mil	2024	Adições	Valor Bruto 31/12/2025	Adições Líquidas	Amortização Acumulada	Valor líquido 31/12/2025
Em serviço	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-
Softwares	68	218	286	218	(30)	256
Total do Ativo Intangível	<u>68</u>	<u>218</u>	<u>286</u>	<u>218</u>	<u>(30)</u>	<u>256</u>

Ativo Intangível - R\$ Mil	Taxas anuais médias de amortização (%)	2025		
		Valor Bruto	Amortização Acumulada	Valor líquido
Em serviço				
Administração				
Softwares	20%	286	(30)	256

Ativo Intangível - R\$ Mil	Taxas anuais médias de amortização (%)	2024		
		Valor Bruto	Amortização Acumulada	Valor líquido
Em serviço		-	-	-
Administração		-	-	-
Softwares	20%	68	(7)	61
		<u>68</u>	<u>(7)</u>	<u>61</u>

## 12. FORNECEDORES

	31/12/2025	31/12/2024
Delta Consultoria	-	551
Belgo Bekaert	6.751	-
Deloitte Auditores	-	44
Engetower Engenharia	-	90
Incotep Ind e Com de Tubos	1.262	-
Grio Socioambiental	-	61
JM Construtora	425	-
Lmeng	-	68
M R S Estudos Ambientais	278	35
Prysmian Cabos	115.720	-
Topa Topografia	-	464
Sae Towers	107.286	-
Outros	4.334	79
	<u>236.056</u>	<u>1.392</u>

## 13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

## a. Composição do imposto de renda e contribuição social passivos diferidos

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Diferido Ativo</b>		
Prejuízos fiscais de Imposto de Renda	3.677	30
Bases negativas de Contribuição Social	1.436	49
	<u>5.113</u>	<u>79</u>

## b. Reconciliação da Despesa do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(15.568)	(555)
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição às alíquotas da legislação	(5.293)	(189)
Bônus e gratificações	258	110
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	<u>(5.035)</u>	<u>(79)</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado	<u>(5.035)</u>	<u>(79)</u>
	32%	14%

## 14. DEBÊNTURES

Moeda nacional	Taxa anual de juros a.a.	31/12/2025
Debêntures	CDI + 1,60%	242.032
Principal		230.000
Juros		14.879
Custo de captação		(2.847)
Circulante		242.032

O montante registrado em principal e juros tem a seguinte composição:

Debêntures	Principal	Amortização		31/12/2025
		Custo de captação	Juros	
Debêntures - GSEC11	120.000	-	12.764	132.764
Debêntures - GSEC21	110.000	-	2.115	112.115
Custo da transação	(5.694)	2.847	-	(2.847)
Total	224.306	2.847	14.879	242.032

Em 1 de abril de 2025, a Grande Sertão III, concluiu sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e fidejussória e sem cláusula de repactuação. Os recursos são destinados exclusivamente à implantação do projeto de transmissão (LT 500 kV Ourolândia II - Jussiape C1 e C2, CS), conforme o Leilão ANEEL 01/2024. O valor total de captação previsto na Escritura é de R\$400.000, até a data de encerramento do exercício, apenas a 1ª e 2ª séries foram integralizadas, totalizando um aporte inicial de R\$230.000. A 3ª série permanece disponível para subscrição futura. A remuneração das mesmas está atrelada ao indexador CDI + 1,60% a.a., com vencimento em outubro/2026.

O contrato das debêntures possui cláusulas restritivas não financeiras, que em 31 de dezembro de 2025 estão sendo atendidas pela Companhia.

## 15. FINANCIAMENTOS

Moeda nacional	Taxa anual de juros a.a.	31/12/2025
Financiamento BNB	IPCA + 6,86%	333.480
Principal		339.500
Juros		290
Custo de captação		(6.310)
Não Circulante		333.480

O montante registrado em principal e juros tem a seguinte composição:

Financiamento	Aquisição		31/12/2025
	Principal	Juros	
BNB - FNE	339.500	290	339.790
Custo de Captação	(6.310)		(6.310)
Total	333.190	290	333.480

Em 16 de dezembro de 2025, a Companhia formalizou Contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., com recursos provenientes do FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste), destinado à implantação do projeto de transmissão (LT 500 kV Ourolândia II - Jussiape), conforme o Leilão ANEEL 01/2024. O valor total contratado é de R\$440.000, até a data de encerramento do exercício, o valor efetivamente recebido foi de R\$339.500, o saldo a receber é de R\$100.500, crédito a ser liberado conforme o cronograma físico-financeiro. O saldo devedor é atualizado mensalmente conforme as seguintes condições: Juros com taxa fixa de IPCA + 6,8621% a.a., capitalizada mensalmente no dia 15 de cada mês.

Amortização de principal que será pago em 264 parcelas mensais (prazo de 22 anos), considerando a carência, o pagamento da 1ª parcela de principal, que ocorrerá em fevereiro de 2028 e assim sucessivamente.

E o primeiro pagamento de juros ocorrerá em abril de 2026 trimestralmente durante o período de carência fixado em 24 (vinte e quatro) meses, após será efetuado mensalmente. Devido a esse financiamento, a Companhia vem cumprindo com a obrigação das cláusulas restritivas requeridas. Tais cláusulas financeiras estabelecem que o Comprometimento da Capacidade de Pagamento deverá ser mantido em patamar igual ou inferior a 70% (setenta por cento), e na presente data, tal requisito encontra-se devidamente cumprido.

## 16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro 2025 é de R\$255.328 (em 2024 - R\$34.286) representado por 255.328 (em 2024 - 34.286) mil ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas.

No exercício de 2025 foi subscrito e integralizado o montante de R\$221.042 (duzentos e vinte e um milhões, quarenta e dois mil reais).

Em fevereiro de 2025, houve transferências das ações, resultando em um único acionista, conforme Livro de Registro de Ações passando a ser apresentado da seguinte forma:

2025			
	Quantidade de ações ordinárias	Participação %	
Grande Sertão Participações S.A.	255.328	100	
	<u>255.328</u>	<u>100</u>	
2024			
	Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Participação %
FI em Participações Development Fund Warehouse-Multiestratégia	17.486	-	51
Grande Sertão Participações S.A.	-	16.800	49
	<u>17.486</u>	<u>16.800</u>	<u>100</u>

### b) Recursos Destinados a Aumento de Capital

Em 28 de fevereiro de 2025, mediante realização de assembleia geral extraordinária, a Companhia efetuou a conversão do adiantamento para futuro aumento de capital firmado em 26 de novembro de 2024, de forma irrevogável e irretroatável, o montante de R\$9.676.

## c) Destinação do resultado

O resultado do exercício, após os ajustes previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, quando aplicável, terá a seguinte destinação:

5% para a reserva legal, até o limite máximo estabelecido pela legislação societária.

25% serão distribuídos como dividendo obrigatório.

O saldo remanescente terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral.

## d) Reserva lucros

A reserva de lucros tem a seguinte composição: reserva legal, reserva de lucros a realizar e reserva especial.

## d.1) Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Com base no resultado de R\$132.362 apurado nas demonstrações financeiras societárias, a Companhia destinou o valor de R\$6.618, como reserva legal. Nas demonstrações regulatórias esta reserva, foi registrada em prejuízos acumulados do exercício.

## d.2) Dividendos propostos

Conforme as disposições legais e estatutárias vigentes, a base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios de 25%, é obtida a partir do lucro líquido societário, diminuído da quota destinada à reserva legal.

Com base no resultado de R\$132.362 apurado nas demonstrações financeiras societárias, a Companhia propôs a distribuição de dividendos aos acionistas no montante de R\$31.436. Nas demonstrações regulatórias este dividendo, foi registrado em prejuízos acumulados do exercício.

## d.3) Reserva especial

De acordo com a Lei 6.404/76, § 4º do art. 202 o dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia.

Conforme Assembleia Geral Ordinária de 10 de abril de 2025, houve a deliberação para a reversão do provisionamento de dividendos mínimos obrigatórios societários de 2024 no valor de R\$912, sendo este registrado nas demonstrações regulatórias em prejuízo acumulado.

## 17. DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Pessoal	(3.577)	(618)
Administradores	(1.348)	(524)
Material	(165)	(43)
Serviços de terceiros	(2.069)	(253)
Depreciação	(182)	(20)
Aluguéis	(181)	(4)
Seguros	(12)	(3)
Tributos	(15)	(2)
(-) Recuperação despesas (*)	<u>2.732</u>	<u>-</u>
	<u>(4.817)</u>	<u>(1.467)</u>

(\*) Transação efetuada por meio de termo de indenização, efetuado entre BTG Holding e Grande Sertão III, pela reestruturação operacionais.

## 18. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Despesas financeiras:		
Tarifas bancárias	(10)	(1)
Juros e atualização s/ debêntures e financiamento	(15.216)	-
Custo de captação de dívida/outras	(2.864)	(4)
	<u>(18.090)</u>	<u>(5)</u>
Receitas financeiras:		
Rendimento de aplicação	7.687	962
Outras receitas financeiras	10	-
(-) Tributos Receita Financeira	(358)	(45)
	<u>7.339</u>	<u>917</u>
	<u>(10.751)</u>	<u>912</u>

## 19. MEIO AMBIENTE

A Companhia obteve as principais Licenças Ambientais necessárias para o início da implantação do Projeto, encontrando-se apta ao início das atividades de construção.

- A Licença Prévia (LP) foi emitida pelo IBAMA no dia 10 de novembro de 2025.
- A Licença Instalação (LI) foi emitida pelo IBAMA no dia 22 de dezembro de 2025.

## 20. HONORÁRIO DOS ADMINISTRADORES

O total pago, no exercício de 2025 referente à remuneração aos diretores e conselheiros da Companhia somaram R\$1.040 e em 2024 o montante foi de R\$142.

## 21. CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui contingências com risco de perda provável a ser divulgados, de acordo com seus advogados internos e externos.

## 22. SEGUROS

Em dezembro de 2025, a cobertura de seguros era composta de:

<u>Risco</u>	<u>Apólice</u>	<u>Vigência</u>	<u>Importância segurada</u>
D & O	1109196676	04/10/2024 a 04/04/2026	12.000
Garantia de Fiel		12/06/2024 a	
Cumprimento – Setor Público	0306920249907751182529000	30/03/2030	157.764

## a) Seguro Garantia da ANEEL:

De acordo com o Edital do Leilão 01/2024 da Aneel, a Companhia firmou Seguro para garantir a conclusão do empreendimento, Garantia de Fiel Cumprimento.

“A Garantia de Fiel Cumprimento deverá ter a ANEEL como beneficiária e a PROPONENTE vencedora como tomadora e vigorar por prazo não inferior a 90 (noventa) dias após a data prevista para a entrada em OPERAÇÃO COMERCIAL das INSTALAÇÕES DE TRANSMISSÃO, devendo ser mantida nas condições definidas neste Edital.”

## 23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em janeiro de 2026, a Companhia realizou a liquidação integral da 1ª emissão de debentures simples, não conversíveis em ações, no montante de R\$245.726.

## 24. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador, apresentada no MCSE, aprovado pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 17 de setembro de 2021. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

	31/12/2025			31/12/2024		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Ativo Circulante</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	727	-	727	81	-	81
Títulos e valores mobiliários	506.721	-	506.721	20.587	-	20.587
Despesas antecipadas	11	-	11	15	-	15
Tributos a recuperar	1.561	-	1.561	1.146	-	1.146
Outros ativos circulantes	1.095	-	1.095	221	-	221
	<u>510.115</u>	<u>-</u>	<u>510.115</u>	<u>22.050</u>	<u>-</u>	<u>22.050</u>
<b>Não Circulante</b>						
Despesas antecipadas	731	-	731	44	-	44
Cauções Vinculados	8.427	-	8.427	-	-	-
Concessão do serviço público (ativo contratual)	-	756.129	756.129	-	21.935	21.935
Tributos a recuperar	3.158	-	3.158	-	-	-
Tributos diferidos	5.113	(5.113)	-	79	(79)	-
Imobilizado	535.273	(533.081)	2.192	15.813	(15.393)	420
Intangível	249	-	249	61	-	61
	<u>552.951</u>	<u>217.935</u>	<u>770.886</u>	<u>15.997</u>	<u>6.463</u>	<u>22.460</u>
<b>Total do Ativo</b>	<u>1.063.066</u>	<u>217.935</u>	<u>1.281.001</u>	<u>38.047</u>	<u>6.463</u>	<u>44.510</u>

	31/12/2025			31/12/2024		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Circulante</b>						
Fornecedores	236.056	-	236.056	1.392	-	1.392
Debentures	242.032	-	242.032	-	-	-
Impostos e Contribuições a Recolher	1.391	-	1.391	398	-	398
<b>Dividendos e Juros sobre Capital Próprio</b>	31.436	-	31.436	912	-	912
Arrendamento Imobiliário	163	-	163	-	-	-
Outros Passivos Circulantes	5.625	-	5.625	1.297	-	1.297
	<u>516.703</u>	<u>-</u>	<u>516.703</u>	<u>3.999</u>	<u>-</u>	<u>3.999</u>
<b>Não Circulante</b>						
Empréstimos	333.480	-	333.480	-	2.145	2.145
Tributos Diferidos	-	70.722	70.722	-	-	-
	<u>333.480</u>	<u>70.722</u>	<u>404.202</u>	<u>-</u>	<u>2.145</u>	<u>2.145</u>
<b>Patrimônio Líquido</b>						
Capital Social	255.328	-	255.328	25.760	-	25.760
Reserva Especial	912	-	912	-	-	-
Reserva Legal	6.810	-	6.810	192	-	192
Prejuízo acumulado	(50.167)	50.167	-	(1.580)	1.580	-
Reserva de Lucros a Realizar	-	97.046	97.046	-	2.738	2.738
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	9.676	-	9.676
	<u>212.883</u>	<u>147.213</u>	<u>360.096</u>	<u>34.048</u>	<u>4.318</u>	<u>38.366</u>
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>1.063.066</b>	<b>217.935</b>	<b>1.281.001</b>	<b>38.047</b>	<b>6.463</b>	<b>44.510</b>

	31/12/2025			31/12/2024		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Operações Continuadas</b>						
Receita líquida	-	734.194	734.194	-	21.935	21.935
Custo sobre serviços prestados	-	(517.687)	(517.687)	-	(15.393)	(15.393)
Lucro bruto	-	216.507	216.507	-	6.542	6.542
Despesas gerais e administrativas	(4.817)	-	(4.817)	(1.467)	-	(1.467)
Resultado operacional	(4.817)	216.507	211.690	(1.467)	6.542	5.075
Receita Financeira	7.339	-	7.339	917	-	917
Despesas Financeira	(18.090)	-	(18.090)	(5)	-	(5)
Resultado financeiro	(10.751)	-	(10.751)	912	-	912
<b>(Prejuízo) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(15.568)</b>	<b>216.508</b>	<b>200.939</b>	<b>(555)</b>	<b>6.542</b>	<b>5.987</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social diferido</b>	<b>5.035</b>	<b>(73.613)</b>	<b>(68.577)</b>	<b>79</b>	<b>(2.224)</b>	<b>(2.145)</b>
<b>(Prejuízo) Lucro do exercício</b>	<b>(10.533)</b>	<b>142.895</b>	<b>132.362</b>	<b>(476)</b>	<b>4.318</b>	<b>3.842</b>

	31/12/2025			31/12/2024		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Fluxos de caixa das atividades operacionais						
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(10.533)	142.895	126.318	(476)	4.318	3.842
Ajuste						
Depreciação do imobilizado	152	-	152	12	-	12
Amortização do Intangível	30	-	30	7	-	7
Depreciação de arrendamento por direito de uso	143	-	143	-	-	-
Juros e atualização sobre debêntures	14.880	-	14.880	-	-	-
Juros e atualização sobre Financiamentos	290	-	290	-	-	-
Custo de Captação sobre debentures	2.847	-	2.847	-	-	-
IR e CS Diferido	(5.035)	73.612	68.577	79	2.066	2.145
Rendimento de títulos e valores mobiliários	(7.687)	-	(7.687)	(962)	-	(962)
Remuneração do Ativo de Contrato	-	(734.194)	(734.194)	-	(21.935)	(21.935)
	(4.913)	(517.687)	(522.600)	(1.340)	(15.551)	(16.891)
Variações nos ativos e passivos						
Impostos a recuperar	(3.575)	2	(3.573)	(1.146)	-	(1.146)
Despesas Antecipadas	(682)	-	(682)	(59)	-	(59)
Tributo diferido	1	(1)	-	(79)	79	-
Outros créditos	(9.301)	-	(9.301)	(221)	-	(221)
Fornecedores	234.664	-	234.664	1.392	-	1.392
Tributos e contribuições sociais a recolher	993	-	993	362	79	441
IRPJ e CSLL Pagos	-	-	-	(43)	-	(43)
Outros passivos	4.325	-	4.325	1.299	-	1.299
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	221.512	(517.686)	(296.174)	165	(15.393)	(15.228)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos						
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	(519.971)	517.686	(2.285)	(15.894)	15.393	(501)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(929.950)	-	(929.950)	(60.446)	-	(60.446)
Resgate em títulos e valores mobiliários	451.504	-	451.504	40.820	-	40.820
Caixa líquido provenientes das atividades de investimentos	(998.417)	517.686	(480.731)	(35.520)	15.393	(20.127)
Amortização de principal de arrendamento de direito de uso	163	-	163	-	-	-
Integralização de Capital	219.892	-	219.892	25.760	-	25.760
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	9.676	-	9.676
Emissão de debêntures	224.306	-	224.306	-	-	-
Aquisição de empréstimos	333.190	-	333.190	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	777.551	-	777.551	35.436	-	35.436
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	646	-	646	81	-	81
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	81	-	81	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	727	-	727	81	-	81

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

(i) Ativo de contrato e ativo financeiro

A Companhia é abrangida pelo escopo do CPC 47. A receita é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão da obra e mensurada com base nos seus valores justos. Os custos de desenvolvimento da infraestrutura são reconhecidos à medida que são incorridos.

Considerando que para fins das demonstrações contábeis regulatórias deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado e/ou intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos) oriundos da aplicação desta interpretação.

(ii) Imobilizado e Intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção do CPC 47 nas Demonstrações Financeiras Societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato, vide nota de ajuste. Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível.

(ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste 20 os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

(iii) Receita operacional bruta

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de remuneração do ativo de contrato, operação e manutenção e ganho na RAP, decorrentes da aplicação do CPC 47.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber:

Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à Remuneração Anual Permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico - ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

---

Rosane Cristina Marques de Souza  
Diretora

Gliciana dos Santos Lima Alcantara  
Contadora  
CRC 116761/O-0